Bratton, Benjamin. 2021. *The Revenge of the Real* — *Politics for a Post-pandemic* *World*. London: Verso.

MANUEL BOGALHEIRO

Universidade Lusófona do Porto — FCAATI/CICANT

manuel.bogalheiro@gmail.com

The Revenge of the Real é o segundo livro — o outro é *Terraforming* de 2019 — de Benjamin Bratton após em 2015 ter publicado aquele que apresentaria os seus grandes princípios programáticos e inscreveria o seu nome no centro do debate actual entre a teoria dos media, do design e da arquitectura e a filosofia política. Referimo-nos a *The Stack — On Software and Sovereignty* (The MIT Press), obra extensa e ambiciosa na qual Bratton analisa as implicações geopolíticas daquilo a que chama *computação à escala planetária*, a qual, por um lado, é descrita tecnicamente com recurso à figura da *pilha (stack)* — um esquema que dá conta das várias camadas dessa espécie de infra-estrutura total: utilizador, interface, endereço, cidade, nuvem, Terra — e, por outro, é conceptualizada enquanto *megaestrutura acidental*, uma arquitectura planetária que “estamos a construir deliberada e inconscientemente e, por sua vez, nos está a construir à sua própria imagem, formando um todo coerente e interdependente” (Bratton 2015, 5).

Sob o diagnóstico tecnológico que Bratton descreve encontra-se o horizonte principal do livro, o qual é essencialmente político: figurado no *nomos da nuvem*, e a partir de uma revisão das teorias de Carl Schmidtt, Bratton insiste numa tese com várias implicações: a falência ou a insustentabilidade do modelo histórico e vestefaliano do Estado-Nação perante a ubiquidade e a transnacionalidade da computação em rede e das corporações tecnológicas que tanto ligam como dividem o mundo em novos espaços

soberanos.¹ A nova geopolítica emergente, que já não coincide com as fronteiras nacionais, cruza-se com problemas eminentemente globais, em particular, as alterações climáticas, implicando, para Bratton, uma ética nos termos de um pensamento planetário² que recusa radicalmente qualquer nacionalismo, que projecte estratégias à imagem dessa escala global e que contemple as próprias realidades objectivas da Terra, tanto naturais como técnicas, para além das subjectividades humanas. É nesse sentido que a *computação à escala planetária* que é descrita é também vista como a solução do problema como um modelo holístico para — através da recolha e da produção inteligente de dados, da sensorização, da automação ou da inteligência artificial — produzir uma cartografia viva do planeta que sirva de base para as estratégias que possam, ou devam, *redesenhar artificialmente* o planeta numa época pós-Estado-Nação.

Formulado o programa geral, *The Terraforming* (2019) surge como um primeiro caso de estudo, mais particular e menos extenso do que o livro de 2015, sobre a defesa do geoconstrutivismo — *terraformar* a própria Terra através de uma artificialização ecológica — como resposta à crise climática e *The Revenge of the Real* pode ser lido como um exercício análogo. Ambos são reflexo do trabalho que Bratton tem incubado, como director do programa de pós-graduação “For Planetary Governance”, no Stelka Institute,³ e o segundo, objecto desta recensão, desenvolve algumas das ideias esboçadas no ensaio “18 Lessons of Quarantine Urbanism”, publicado a 3 de abril de 2020, pela Strelka Mag.

Entre as suas consequências imprevistas e trágicas, a pandemia Covid-19 tem o valor de “lição” para Bratton, pondo a nu a “inabilidade crítica do Ocidente, em particular, para se governar a si mesmo tal como deveria” (Bratton 2021, 11),⁴ assim como “o estado anárquico da política internacional, no qual as nações se fecham em si mesmas e competem por recursos tais como dados ou vacinas” (p. 12). Na sua crítica, Bratton visa o isolacionismo nacionalista, particularmente o dos Estados Unidos da Administração Trump ou a “filtragem e a classificação sem precedentes de *pessoas em função dos seus países de passaporte*”⁵ que assim revelam tanto o poder como os limites da cidadania

1 “These lead from the long-foretold and longer-postponed eclipse of the nation-state to the ascendance of political theology as an existential transnationalism, from the billowing depths of cloud computing and ubiquitous addressability to the logistical modernity of the endlessly itinerant object, and from the return of the city-state in the guise of a multipolar network of megacities and walled mega-gardens to the permanent emergency of ecological collapse and back again.” (Bratton 2015, 4)

2 Apesar do seu nome nunca ser referido por Bratton, as condições contemporâneas deste pensamento planetário, ou de uma *planetariedade*, são seminalmente enunciadas por Gayatri Spivak em “Planetarity” (2003).

3 Sedeado em Moscovo, o Stelka Institute for Media, Architecture and Design (<https://stelka.com>) declarou a suspensão de todas as suas actividades de formação no seguimento da invasão da Ucrânia pela Rússia, no passado Fevereiro, tendo manifestado a sua solidariedade com o povo ucraniano. Não sendo o contexto próprio para o desenvolvimento dessa discussão, não deixamos de sublinhar que o despoletar da Guerra na Ucrânia terá complexificado as posições defendidas por Bratton sobre a crise do conceito histórico de Estado-Nação.

4 Doravante, indicaremos apenas a página da edição lida para a realização desta recensão.

5 Grifo nosso para dar conta da expressão que Bratton usa recorrentemente para, numa formulação irónica, dar conta de uma espécie de concepção anacrónica de cidadão em relação àquela que defende, efectivamente transnacional, global e cosmopolítica.

nacional exclusiva. A circunstância pandémica é agravada pelo surgimento, ao longo dos últimos anos, dos populismos nacionalistas liderados por figuras — e são referidos Trump, Bolsonaro, Modi ou Lukashenko — que, concentrando em si a autoridade e reencarnando a figura pré-moderna do soberano,⁶ propagam narrativas *folk* de negação, ignorância, xenofobia, tecnofobia, conspiração e paranoia, recusando as estratégias racionalistas de uma *biopolítica positiva*, categoria defendida por Bratton e à qual voltaremos mais à frente:

As plataformas anti-modernidade dos pseudo-soberanos de hoje, com a sua suspeita em relação à ciência, à evolução, às alterações climáticas e à genómica, são, em nome das suas superstições pós-seculares, uma abdicação da biopolítica moderna (30).

Para Bratton, a guerra às vacinas ou às máscaras, incentivada nesses quadros ideológicos, revela ainda outro problema, o do individualismo libertário que, assente na narrativa da autonomia individual e de uma suposta capacidade plena de auto-determinação dos sujeitos, é, para além de destrutivo e auto-destrutivo, um obstáculo tanto para políticas de regulação global como para uma ruptura com os pressupostos antropocêntricos que menosprezam, colocam à distância, imunizam e excluem tudo aquilo que seja classificado como não-humano. Também aqui, para Bratton, a pandemia serve de lição, sendo, aliás, encarada como uma espécie de *oportunidade epistemológica*. Pela centralidade da própria ideia de *contágio*, tanto em termos práticos como figurativos, a pandemia expõe de modo privilegiado aquilo que o autor chama a *visão epidemiológica da sociedade*:

A pandemia tornou mais fácil que cada um se veja mais como um nó de uma rede biopolítica pela qual se é responsável do que como um indivíduo autónomo cuja soberania é garantida pelo livre-arbítrio ou à imagem do prestígio simbólico do autocrata nacional. (...) Esta epistemologia política da espécie contraria a imagem popular do corpo somático, limpo de contaminantes externos, e pressupõe uma economia biológica de simbioses, dentro de nós e nós dentro deles (34).

À luz do materialismo biológico que Bratton assume, a pandemia veio expor também a relação difícil e recalcada das sociedades humanas com o não-humano — uma espécie de trauma inconsciente da história — que volta a emergir como uma *vingança do*

⁶ O aparato conceptual é aqui adoptado de Michel Foucault e das suas teorias sobre a mutação, ocorrida nos séculos XVII e XVIII, do poder violento, directo e autocrático do soberano das sociedades clássicas para a concepção moderna de poder — que se torna anónimo, que se multiplica reticularmente, que já não é repressivo, mas produtivo — assente no adestramento e na produção disciplinar do *corpo-máquina* dos sujeitos e que, posteriormente, culmina na biopolítica enquanto a administração do *corpo-espécie* colectivo da sociedade, através de estatísticas, índices, taxas e cálculo antecipatório do risco relativamente a parâmetros biológicos. Cf. Foucault, M. (1997). *Il faut défendre la société — Cours au Collège de France, 1976*. Gallimard.

real, derrubando ilusões confortáveis, confrontando os humanos com a realidade inegociável e a completa indiferença dos vírus em relação a quaisquer projecções morais que deles possam fazer. Em todo o caso, tal assunção não deve conduzir a uma espécie de impotência perante esse universo não-humano.⁷ Para Bratton, as *oportunidades epistemológicas* devem conduzir a uma pragmática política e operativa. É nesse sentido que o autor aponta a estratégia de uma *biopolítica positiva*.

A formulação dessa proposta radica-se, quase como condição, na crítica feita por Bratton à biopolítica negativa, personificada por Giorgio Agamben e a quem, em particular no Capítulo 16, é dirigido um violento ataque. Bratton tem por base a série de artigos e editoriais publicados pelo filósofo italiano durante o início da pandemia e nos quais é referido o “despotismo tecno-médico das quarentenas”, o “cancelamento facial das máscaras”, o “fascismo do olhar médico”, “a militarização da carne” ou a “desumanização da distância social” e de outras restrições equiparadas às práticas dos campos de concentração. Símbolo do negacionismo, inclusivamente da própria pandemia, Agamben surge para Bratton como a representação máxima de uma perspectiva equivocada da biopolítica, reduzida a dispositivo de repressão, colocando-se não do lado da vida, mas da sua recusa, sob o espírito reacionário e herdeiro de uma teopolítica substancialista e ultrapassada do sujeito.⁸

A base do apelo de Agamben para “rejeitar a modernidade, abraçar a tradição” é uma hostilidade político-teológica à realidade biológica da espécie que o alinhou com os movimentos populistas globais anti-máscara, anti-confinamento, anti-ciência que prolongaram a crise em muitos países ocidentais. (90)

Para se demarcar de Agamben e sustentar a sua tese final, Bratton começa por sublinhar que é preciso reconsiderar a percepção política predominante das técnicas de controlo ou de vigilância, conotadas com usos repressivos, invasivos, coercivos. O problema não está nas técnicas, mas, mais uma vez, nos seus usos, sendo possível pensar nos usos positivos de uma vigilância que, cada vez mais informatizada e automatizada, pode devolver uma imagem mais precisa do mundo, permitindo intervenções e regulações mais específicas e informadas. “O controlo também é um meio de proteção *contra*, de composição *de*, de *dar* forma, de *produção* de estrutura,

⁷ “The pandemic is an irruptive revelation of the complex biological reality of the planet with which we are entangled, and that underlying reality is apathetic to the plotlines and mythic lessons we may try to project upon it. This does not mean we cannot know it, grasp it, make sense of it, model and respond to it, and change it *as it is*. We can. In the most fundamental sense, this is the definition of the governance that should have animated pandemic politics and should guarantee post-pandemic politics” (17 – 18).

⁸ Não sendo, mais uma vez, o contexto para abrir essa discussão, o conceito de *bios* em Agamben terá mais nuances e será mais complexo e ambivalente do que a análise, em certa medida redutora, que Bratton pretende mostrar. Veja-se, por exemplo, o curto texto “Forma-de-vida” em *Meios sem fim: Notas sobre a política* (1996) ou a célebre publicação *O Aberto: o Homem e o Animal* (2002).

de aplicação *de*, e de liberdade sobre não morrer cedo e inutilmente.” (p. 109). A defesa da biopolítica positiva de Bratton passa então pela mobilização de todo o tipo de *hardware*, *software* e *wetware*, de todo o tipo de tecnologias, de sensores a chips, de genomas simulados a computação ubíqua, robótica e em nuvem que, automatizados, e em conjunto com os humanos, permitam a recolha em massa de dados, promovam uma sensorização generalizada dos humanos e dos não-humanos de modo a que, e à escala planetária, o *real* possa ser *auscultado* (*sensing*) e também *modelado* (*modeling*).⁹ Deste modo, “uma biogovernamentalidade positiva não se preocupa apenas com o modo como a vida emerge ou se torna livre, mas também como a mesma pode ser reparada, reproduzida, sustentada e preservada” (91).

A política pós-pandemia¹⁰ que Bratton propõe é assim mais um prolongamento do programa técnico e político que tem vindo a defender desde *The Stack* (2015): a resposta aos problemas globais da actualidade, provocados pela actividade antropogénica, como as alterações climáticas, ou alheias a ela, como o surgimento de uma pandemia, deve vir dos usos inteligentes e inovadores da tecnologia, sem qualquer receio do reforço da artificialização planetária: “a artificialidade compreendida nessa resposta — a sua ‘antropogenicidade’ — é algo que não devemos apenas aceitar, mas abraçar.” (108).¹¹

A singularidade de Bratton será a de, ao mesmo tempo que inscreve as suas posições no quadro da teoria crítica que questiona as condições de produção das sociedades modernas, nomeadamente as do chamado modelo capitalista¹², não ceder, antes o contraria, ao cepticismo pessimista em relação à técnica que atravessa muitos dos seus pares. Do mesmo modo, a sua crítica é clara em relação à excepcionalidade humana, a qual é confrontada com o pensamento especulativo para além do humano, ao mesmo tempo que o seu discurso não deixa de incorporar os princípios modernos da razão e do estudo científico dos sujeitos e do mundo. Se é nestas ambivalências que reside o interesse das suas posições, Bratton parece, no entanto, ser por vezes traído pelo tom com que as enuncia, subordinando as suas análises a um certo dogmatismo programático, nalguns momentos de contornos tecnocráticos, e a uma atitude marcadamente agonística, e porventura provocadora, em relação a todas as posições que lhe sejam contrárias.

⁹ Este par *sensing/modeling* aparece frequentemente nos textos de Bratton como valência específica da computação à escala planetária.

¹⁰ “The post-pandemic politics I describe is one that is inclusive, materialist, restorative, rationalist, and based on a more demystified image of the human species, anticipating a future different from the one prescribed by many cultural traditions. It accepts the evolutionary entanglement of mammals and viruses. It accepts death as part of life. It therefore accepts the responsibilities of medical knowledge to prevent and mitigate unjust deaths and misery, as something quite different from the nativist immunization of one population of people from another. It is *biopolitics* in a positive and projective sense” (13).

¹¹ Veja-se, na mesma linha desta posição, o livro de Christopher Preston (2018) *The Synthetic Age: Outdesigning Evolution, Resurrecting Species, and Reengineering Our World*. The MIT Press.

¹² “Capitalism is both the thing that makes extraordinary technologies possible and the thing that prevents them from reaching their full social potential.” Bratton, Benjamin. 2021. “On Terraforming the World Order: Interview with Benjamin Bratton”. *Palladium Mmag*. <https://palladiummag.com/2021/01/11/benjamin-h-bratton-on-terraforming-the-world-order/>

Esquivando-se agilmente ao contraditório que muitas vezes parece querer transbordar dos seus próprios argumentos, Bratton blinda-se com a assertividade e o optimismo que procuram evidenciar a irredutibilidade do seu projecto. Ironicamente, é essa mesma irredutibilidade que parece ignorar que a confiança que deposita no *design total à escala planetária* possa a qualquer momento ser abalada pelas *vinganças*, sempre figuradas, *do real*, tal como aquela de que este seu último livro trata.

Bibliografia

- Agamben, Giorgio. 2002. *O Aberto, o Homem e o Animal*. Lisboa: Edições 70.
- Agamben, Giorgio. 1996. “Forma-de-vida”. In *Meios sem fim: Notas sobre a política*, editado por Giorgio Agamben, 13-27. Belo Horizonte: Autêntica.
- Bratton, Benjamin. 2015. *The Stack — On Software and Sovereignty*. Cambridge: The MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/9780262029575.001.0001>.
- . 2019. *Terraforming*. Place: Moscow: Strelka Press.
- . 2020. “18 Lessons of Quarantine Urbanism”. *Stelka Mag*. April, 3, 2020. <https://strelkamag.com/en/article/18-lessons-from-quarantine-urbanism>.
- Bratton, Benjamin. 2021a. “On Terraforming the World Order: Interview with Benjamin Bratton”. *Palladium Mmag*. <https://palladiummag.com/2021/01/11/benjamin-h-bratton-on-terraforming-the-world-order/>.
- Bratton, Benjamin. 2021b. *The Revenge of the Real — Politics for a Post-pandemic World*. London: Verso.
- Foucault, Michel. 1997. *Il faut défendre la société — Cours au Collège de France, 1976*. Paris: Hautes Études / Gallimard / Le Seuil.
- Preston, Christopher. 2018. *The Synthetic Age: Outdesigning Evolution, Resurrecting Species, and Reengineering Our World*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Spivak, Gayatri. 2003. “Planetary”. In *Death of a Discipline*, edited by Gayatri Chakravorty Spivak, 39-44. Columbia: Columbia University Press.

Nota biográfica

Manuel Bogalheiro é professor na Faculdade de Comunicação, Artes, Arquitectura e Tecnologias da Informação da Universidade Lusófona do Porto (ULP) e professor auxiliar convidado na FCSH da Universidade Nova de Lisboa. É doutorado em Ciências da Comunicação, especialidade de Cultura Contemporânea e Novas Tecnologias (FCSH-UNL), é investigador integrado do CICANT e é o representante dos jovens investigadores da secção de Filosofia da Comunicação da European Communication Research and Education Association (ECREA). Dirige o Mestrado em Comunicação, Redes e Tecnologias da ULP. Recentemente, editou e coordenou os volumes *Crítica das Mediações Totais — Perspectivas Expandidas dos Media* (Documenta, 2021) e, com Isabel Babo e João Sousa Cardoso, *Expressões Visuais Disruptivas no Espaço Público* (Edições Lusófonas/CICANT, 2021).

ORCID iD

[0000-0002-5961-9241](https://orcid.org/0000-0002-5961-9241)

CV

[1B1B-FA21-5A92](#)

Morada institucional

Universidade Lusófona do Porto
R. de Augusto Rosa, nº 24, 4000 — 098, Porto.

Recebido Received: 2021-02-25

Aceite Accepted: 2022-05-20

DOI <https://doi.org/10.34619/rmsc-ecwj>